

MOVIMENTOS NATIVISTAS:  
A HISTÓRIA COMO "BIOGRAFIA DA NAÇÃO"(\*)

Rogério Forastieri da Silva(\*\*)

ABSTRACT

This exposition tries to show how "nativism" belongs to an explanation scheme where "nativism" is considered as a link between "colony" and "nation". It is intended to suggest that this link is not theoretically consistent. One of the propositions stated may be expressed as follows: colony does not precede the nation.

INTRODUÇÃO

O projeto inicial deste trabalho era apresentar um estudo de historiografia não sobre um autor, não sobre um período histórico, mas sobre um tema — "os movimentos nativistas". Na medida em que foi sendo feito o levantamento bibliográfico, a ocorrência do tema na bibliografia, os contextos a que estava associado, as definições apresentadas, em outras palavras, ao decorrer da pesquisa colocaram-se alguns problemas. Passamos a perceber que o tema não tinha consistência por si mesmo, isoladamente, mas estava invariavelmente referido, no caso da historiografia brasileira que era nosso objeto de atenção, à idéia de um passado colonial que continha em si, via movimentos nativistas, o germe da nação. De tal forma que passamos a ter pela frente um dilema. Ou bem aceitávamos este discurso e apresentávamos um somatório dos tais movimentos, legitimando este encaminhamento, ou teríamos de recuar para, preliminarmente, verificar as condições de possibilidade deste encaminhamento. Se deixamos claro, o tema "nativismo" aparecia como um elo de um discurso com todas as características de uma solidez inabalável: colônia-nativismo-nação. De tal forma que o projeto inicial passou por um redimensionamento. Deste modo, optamos pela discussão de um problema, de forma que esse nexos entre colônia, nação, o nativismo, pudesse ser questionado.

---

(\*) Este texto constitui parte, com algumas alterações para publicação, de dissertação de mestrado na área de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, defendida em 3 de maio de 1982.

(\*\*) Licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

## *A história como "biografia da nação"*

Nas anotações que Antônio Gramsci fez a respeito da questão do "Risorgimento" na historiografia italiana, há um item bastante sugestivo — "a história como 'biografia' nacional" — que nos estimulou muito a escrever este trabalho. Entre outras, ficaram gravadas as seguintes afirmações:

"Este modo de escrever a história começa com o nascimento do sentimento nacional e é um instrumento político para coordenar e consolidar nas grandes massas os elementos que precisamente constituem o sentimento nacional.

- 1) Pressupõe-se que o que se deseja sempre existiu e não pôde afirmar-se e manifestar-se abertamente pela intervenção de forças externas e porque as virtudes íntimas estavam 'adormecidas' (...)
- 2) (...) Entende-se que tal modo de escrever e declamar a história tenha nascido por razões práticas de propaganda: mas, por que se continua ainda com tais tradições?"<sup>(1)</sup>

Guardadas as devidas proporções e mudando-se o que deve ser mudado, estas palavras não se aplicariam também para a historiografia brasileira?

No nosso caso temos o peso do passado colonial e, de uma maneira ou de outra, trata-se de construir uma história da nação onde o passado colonial *deve* estar presente. Há que se buscar no passado o presente da nação. Assim, a história tende a constituir-se como uma biografia da nação.

Na tarefa de construir esta biografia, procura-se juntar elementos, eventos, sinais que sirvam de "testemunho" e justifiquem a nacionalidade nascente. A constituição dessa biografia é uma tarefa de gerações, de tal forma que ao passar do tempo, à força da constante repetição desde as primeiras letras até os bancos da universidade<sup>(2)</sup>, com graus variados de acuidade e sofisticação, forjam-se determinados estereótipos, determinados temas que passam a ter um peso suficientemente marcante para dar consistência a um corpo que há pouco não existia.

(1) Gramsci, A. — *El "Risorgimento"*, trad. esp., Buenos Aires, Granica, 1974, p. 91.

(2) Estimulante, sobre as relações entre a investigação histórica e sua transmissão nos manuais escolares, o livro de Ferro, M. — *Comment-on raconte l'Histoire aux enfants à travers le monde*, Paris, Payot, 1981.

Aos poucos passa-se de hipóteses, de suposições a afirmações, e a colônia é posta como um antecedente da nação<sup>(3)</sup>. Constróem-se histórias nacionais e uma “historia geral” passa por um somatório dessas histórias nacionais. A partir desta perspectiva, a época colonial perde sua historicidade e passa a ser um “momento” da história nacional, e essa, por sua vez, pelo fato mesmo de apresentar-se como “nacional”, unifica, homogeneiza, seleciona eventos, supondo sempre uma direção unívoca, onde, mais uma vez, em nome da “história nacional”, elide-se a própria história.

Uma das formas freqüentes de se estabelecer o nexu entre o passado (colônia) e o presente (nação) é apresentar o que, no texto de Gramsci apareceu como “sentimento nacional”, na nossa historiografia é traduzido por “sentimento nativista”. Dessa maneira fica armado um esquema de explicação que, se não é verdadeiro, passa a imprimir sentido e significação entre passado e presente.

As regularidades e especificidades presentes na história das áreas coloniais passam a ser utilizadas, muitas vezes com habilidade, para “provar”, para “demonstrar” que a nação estava contida de maneira embrionária no passado colonial. Ficam fazendo parte deste contexto juízos de valor sobre a colonização ibérica, francesa, inglesa, holandesa, supondo com isto uma “boa” ou “má” colonização, bem como distribuindo juízos de valor sobre administradores coloniais<sup>(4)</sup>.

Basta que observemos a diversidade no encaminhamento do processo de emancipação política das áreas coloniais no Novo Mundo para que fiquemos em guarda quanto às afirmações correntes de que o presente estava contido no passado.

Teremos uma monarquia unitária na antiga área de colonização portuguesa, tentativas monárquicas em algumas áreas de colonização espanho-

- (3) Este procedimento pode ser verificado, por exemplo, em: Nabuco, J. — “O Espírito de nacionalidade na história do Brasil” (conferência feita perante o Spanish Club da Universidade de Yale, em 15 de maio de 1908), publicada em *Discursos e Conferências nos Estados Unidos*, trad. Arthur Bomilcar, R.J., Ed. Benjamin Aguilá, 1911, pp. 121-137; Machado, L.T. — *Formação do Brasil e a Unidade Nacional*, S.P., Ibrasa, 1980.
- (4) Veja-se, por exemplo, a esse respeito, Neme, M. — *Fórmulas políticas no Brasil Holandês*, S.P., Difel, EDUSP, 1971. Nesse trabalho o autor defende a colonização portuguesa contra os autores que defenderam a administração nassoviana (Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, João Ribeiro). Em relação à qualidade de administradores coloniais, veja-se Alden, D. — *Royal Government in colonial Brazil with special reference to the administration of the marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*, Berkeley, University of California Press, 1968. No capítulo 17, ao referir-se ao desempenho do vice-rei, afirma que foi um “trabalhador incansável e um servidor extremamente consciencioso” e que se desincumbiu de suas tarefas “fielmente, desprendidamente, incansavelmente e deliberadamente...”, pp. 479, 484. Para uma discussão dessa postura cf. nossa resenha crítica — “A propósito de um trabalho sobre administração colonial”, em *Anais de História*, n.º 8, Assis, 1976, pp. 181-187.

la<sup>(5)</sup>, o fracionamento em várias repúblicas dessas mesmas áreas de colonização espanhola que constituíam, à época da colonização, uma única unidade político-administrativa, como os antigos vice-reinados do Peru e do Prata. Teremos também a manutenção da antiga unidade administrativa na época colonial, como é o caso, por exemplo, da capitania geral do Chile.

A diversidade não aparece somente na forma final, acabada, como veio a se apresentar em cada antiga área colonial. Os contornos políticos desse processo também apresentam diferenças. Temos uma emancipação política através de uma rebelião de escravos, como foi no Haiti<sup>(6)</sup>, a constituição de uma verdadeira autarquia no Paraguai<sup>(7)</sup>, a persistência do estatuto político colonial ao longo de quase todo o século XIX no caso de Cuba<sup>(8)</sup>.

Essa diversidade sugere que, como afirmamos, não estava dado, no passado colonial, necessariamente, o caminho político que cada uma dessas áreas viria a trilhar. Estas considerações levam-nos a constatar como é difícil afirmar que a colônia *contém* a nação.

Parece também que não é irrelevante ou indiferente o sentido desta emancipação. É posta uma sociabilidade, na qual pelo menos uma parcela de sujeitos deixam de ser simplesmente súditos. Trata-se de *existir* em relação a terceiros, construir um Estado, um determinado espaço político que se faz à custa de interesses, conflitos, tensões e acomodações.

É o interesse nessa diversidade, não obstante as chamadas condições objetivas, que está no horizonte de nossas preocupações. O recurso à explicação de que emancipação política das áreas coloniais foi feita pelas classes dominantes aqui soa como um truísmo que não é suficiente para entender essa diversidade que assinalamos, posto que elas estiveram na direção de *todos* os movimentos de emancipação e, como observamos, o encaminhamento do processo e os resultados foram muito diferenciados.

- 
- (5) Sobre o encaminhamento da emancipação política na América Espanhola, consulte-se, por exemplo: Donghi, T.H. — *História da América Latina*, trad. port., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, especialmente cap. 2, pp. 47-80; Haring, C.H. — *El Imperio Hispánico en América*, 2.<sup>a</sup> edição, trad. esp., Buenos Aires, Solar-Hachette, 1972, cap. 17, pp. 341-354; Parry, J.H. — *El imperio español de ultramar*, trad. esp., Madrid, Aguillar, 1970, pp. 247-302, 303-334 e 336-358.
- (6) James, C.L.R. — *The Black Jacobins — Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*, New York, Vintage Books, 1963.
- (7) Uma bibliografia vasta tem sido publicada sobre o Paraguai. A ênfase sobre o processo de emancipação política e suas seqüelas pode ser vista, por exemplo, em Cancogni, M. e Boris, I. — *Solano Lopes, o Napoleão do Prata*, trad. port., R.J., Civilização Brasileira, 1975.
- (8) Sobre a persistência do estatuto político colonial em Cuba até 1898 é muito interessante e estimulante a perspectiva apresentada por Fernandes, F. — *Da guerrilha ao socialismo — a revolução cubana*, São Paulo, T.A. Queiroz, Editor, 1979.

Dentro dos limites impostos por este tipo de trabalho se discute aqui a forma pela qual vai adquirindo espessura o que, numa primeira aproximação, poderíamos designar como uma idéia de Brasil enquanto *unidade política*.

Não nos são estranhos, e sabemos que existem trabalhos importantes destacando esse mesmo tipo de preocupação relativamente a outros aspectos como, por exemplo, a idéia de Brasil como uma unidade cultural<sup>(9)</sup>.

Se, entretanto, pensá-lo como unidade cultural supõe este ser uma unidade política, e parece ser isso o que permite falar-se de uma literatura *brasileira*, uma cultura *brasileira*, então se procura discutir aqui exatamente isso que aparece como suposto.

Devido ao fato de que ocorre com insistência o estabelecimento de um nexó: colônia-nativismo-nação, ou seja, o Brasil de hoje estaria inscrito no passado colonial e se as observações que temos feito possuem algum sentido, elas impõem a necessidade de exatamente *dissolver* esse nexó que tem sido proposto com a finalidade de se construir uma *história do Brasil*.

Fica sugerido que a forma pela qual se organiza o país e é posto como uma unidade política possui uma historicidade determinada que não se resolve com o passado colonial e nem nele estava contida.

Se o caminho que estamos percorrendo é correto, o ponto de partida para se compreender esta historicidade nos leva a considerar como decisivo, para o caso brasileiro, o período compreendido entre 1808 e 1822.

O Brasil passa a ser sede da monarquia portuguesa e a situação crítica da dinastia reinante impõe uma situação de todo nova na área colonial. Instala-se aqui um aparato político-administrativo até então sem precedentes. Paulatinamente, desloca-se o eixo econômico e político do Império Colonial Português da metrópole para o Brasil. Ao mesmo tempo, o governo britânico consegue privilégios que desencadeiam um processo irreversível, principalmente com a abertura dos portos e com os tratados de 1810<sup>(10)</sup>.

A ocupação francesa na metrópole, e em seguida o virtual protetorado britânico dirigido por Beresford, concomitante com a perda de privilégios seculares relativos à área colonial, provocam tensões e conflitos que desembocam no movimento de agosto de 1820 na cidade do Porto<sup>(11)</sup>.

---

(9) Cf. Cândido, A. — *Formação da Literatura Brasileira*, 5.<sup>a</sup> ed., B. Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1975.

(10) Cf. Sodré, N.W. — *As razões da independência*, R.J., Civilização Brasileira, 1965.

(11) Cf. Prado Jr., C. — *Evolução política do Brasil e outros estudos*, 4.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Brasiliense, 1963.

A legitimação política de tal movimento faz-se em nome do liberalismo, o que, por sua vez, impõe um determinado encaminhamento das questões políticas candentes. Fez-se um movimento contra o arbítrio do poder absolutista e se lhe opõe um regime representativo.

Não é sem tensões e conflitos agudos que se procura adequar determinados imperativos de ordem política, principalmente a retomada da hegemonia da metrópole sobre o império colonial — dentro dos parâmetros do regime representativo<sup>(12)</sup>.

Nesse sentido é posta para a liderança do movimento a questão das colônias e, dentre elas, particularmente o Brasil, naquele momento, ao que se sabe, uma peça importante na economia portuguesa<sup>(13)</sup>.

O encaminhamento formal da questão das colônias, como é sabido, foi a convocação de deputados dessas áreas para que participassem das Câortes Constituintes. A elite da área colonial é solicitada a esta participação e se lhe é posta a questão: Brasil.

Mesmo que se afirme que essa questão já fora colocada anteriormente na própria área colonial através dos chamados “movimentos nativistas”, é inegável que esse momento é privilegiado. É um momento de crise, e o momento exige tomada de posição, exige definições. Trata-se de tomar uma atitude enquanto “representantes”, “deputados” do Brasil. É posta a necessidade de se articular um discurso sobre o que está acontecendo, seja por participação, seja por omissão, seja concordando com as propostas na mesa, seja retificando-as, seja fazendo uma outra proposta. Insinua-se, quer queiram, quer não, a questão: Brasil.

Hoje, olhando o passado, parece que era inevitável os sucessos terem ocorrido tal como aconteceram. Pelo menos é mais cômodo pensar assim. Entretanto, se percorrermos os depoimentos dos sujeitos naquele momento, percebe-se que chegaram a existir outras propostas.

É bastante interessante, nesse sentido, a participação de alguns deputados que saíram do Brasil para tomar assento nas Câortes Gerais. Saem de regiões muitas vezes que possuem pouco contacto entre si, que possuem problemas que não são necessariamente comuns, e os anfitriões tratam-os como brasileiros. Dentre eles temos registrada a conhecida declaração de

---

(12) Cf. Mota, C.G. e Novais, F.A. — “O processo de emancipação política do Brasil”, a ser publicada no v. 3 da *Cambridge History of Latin America* (mimeo.), São Paulo, 1981; Costa, E.V. da — “Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil”, em Mota, C.G. (org.) — *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difel, 1968, pp. 64-125; e Russel-Wood, A.J.R. (editor) — *From colony to nation*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1975.

(13) Cf. Santos, F.P. — *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, Lisboa, Europa-América, 1962.

Feijó, deputado por São Paulo nas Côrtes Gerais: “Não somos deputados do Brasil (...), porque cada província se governa hoje independente”<sup>(14)</sup>.

Todas estas considerações indicam que a “constituição da nação” passa por um sistema de coordenadas que pouco têm a ver com o passado colonial entendido como “germe” da nação, e que a possibilidade de recuperação de sua historicidade abre-se a partir do momento em que nos desvencilhamos do que foi posto: colônia-nativismo-nação.

Se podemos considerar a historicidade de “colônia” no âmbito do capital mercantil, vejamos agora uma das maneiras pelas quais é apresentada na historiografia a questão da *negação* da situação colonial.

### *O nativismo*

Tradicionalmente, a negação da situação colonial tem sido formulada apresentando-se os “antecedentes” da emancipação política. Procuram-se buscar ao longo da história colonial eventos que seriam considerados “precursores da independência”. Na historiografia brasileira é relativamente comum serem apresentados sob a rubrica de “movimentos nativistas”.

Numa nota em um de seus trabalhos, observa Bradford Burns:

“O nativismo como precursor do nacionalismo tem sido freqüentemente mencionado numa variedade de estudos, mas aparentemente ainda não houve um tratamento completo sobre o assunto”<sup>(15)</sup>.

Com efeito, é muito comum dentro da historiografia brasileira, e mesmo entre *brazilianists*, a utilização dessa expressão — “nativismo”.

- 
- (14) Apud Holanda, S.B. — “A herança colonial — sua desagregação”, em Holanda, S.B. (org.) — *História Geral da Civilização Brasileira — O Brasil Monárquico*, 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Difel, v. 3, p. 16. “Quando se tenham em conta essas condições já parecerá menos surpreendente o célebre discurso de Feijó, em 1822, diante do Congresso de Lisboa, e o padre paulista não pronunciará outro nas Côrtes, onde nega a qualidade de mandatários do Brasil, sendo-o tão-somente das províncias que os elegeram, aos representantes americanos reunidos naquele recinto. ‘Não somos’, diz, ‘deputados do Brasil (...), porque cada província se governa hoje independente’.”
- (15) Burns, E.B. (editor) — *Perspectives on Brazilian History*, New York, Columbia University Press, 1967, p. 208. Na verdade, Burns, num outro trabalho, dedica um capítulo ao assunto, tomando o nativismo como precursor do nacionalismo. Referimo-nos a Burns, E.B. — *Nationalism in Brazil — a historical survey*, New York, Frederick, A. Praeger, 1968, cap. 2 — “The formation of Brazil: the cult of nativism”, pp. 12-28.

Entretanto, a freqüência do uso não nos autoriza a afirmar que estamos fora de um terreno movediço. É o que mostraremos. Talvez seja tarefa impossível um “tratamento completo” do assunto conforme sugere Bradford Burns. Procuraremos aqui apresentar um levantamento e um balanço das aplicações e implicações de sua utilização na historiografia<sup>(16)</sup>.

Vejamos, inicialmente, a freqüência do uso da expressão “nativismo” num contexto propriamente historiográfico. Aparece com relativa freqüência no corpo de textos, em títulos de obras e títulos e subtítulos de capítulos. Uma análise desta freqüência de como ocorre a expressão “nativismo” permite as seguintes observações: tanto no caso de títulos de obras ou de artigos, como no caso de títulos ou subtítulos de capítulos, verifica-se que as datas de edição em que aparecem mencionados cobrem um período relativamente largo se lembrarmos que a primeira edição da *História do Brasil*, de João Ribeiro, é de 1900 e lá consta a expressão “nativismo”. Percorrendo essas datas, a última onde surge a expressão é 1973, em Maxwell, K.R. — *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal 1750-1808*, New York, Cambridge University Press, 1973, cap. 5, p. 115 — “Conspiracy - nativism”. Cabe também registrar que esta expressão não é encontrada em Southey e Varnhagen. Entretanto, isto não elimina a amplitude, a antigüidade e, ao mesmo tempo, a contemporaneidade do uso da expressão. Desde já, isso nos adverte da impossibilidade de circunscrevê-la a uma só época da produção historiográfica no Brasil. Do começo deste século até o presente, muito ocorreu na historiografia brasileira<sup>(17)</sup> e o “nativismo” atravessou e permaneceu durante todo o período, apesar das mudanças.

No caso onde “nativismo” aparece em título de obra ou artigo, verifica-se que o mesmo refere-se a *conflitos* ocorridos no período colonial e no período das regências. Entretanto, aparece também se referindo a uma *instituição* — o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — como expressão de nativismo, e no texto em que ocorre, nativismo é entendido como reação a estrangeiros — especialmente Southey, que escrevera uma

(16) Escapa ao âmbito desta exposição, inclusive por questão de espaço, a reprodução do material de pesquisa utilizado sobre os movimentos nativistas. Remetemos à leitura da própria dissertação onde lá será encontrado, organizado sob forma de Anexos, o arrolamento deste material e a sua respectiva análise minuciosa.

(17) Para Southey, cf. Dias, M.O.S. — *O fardo do homem branco* — Southey, *historiador do Brasil*, São Paulo, Nacional, 1974. Para Varnhagen, cf. Odália, N. (org.) — *Varnhagen*, São Paulo, Ática, 1979. Na introdução, o organizador procura mostrar, entre outros aspectos, o papel de Varnhagen no momento da “construção da nação”, pp. 7-34. Para um balanço da historiografia, cf., por exemplo, Cunha, P.O.C. — “Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX”, em Glénisson, J. — *Iniciação aos Estudos Históricos*, São Paulo, Difel, 1961.



História do Brasil<sup>(18)</sup>. O nativismo também é referido a *lideranças políticas*. Em Oliveira Lima, o nativismo é atribuído aos Andradas, por ocasião da participação destes no ministério de D. Pedro, no início do Primeiro Reinado<sup>(19)</sup>. Em Amaro Quintas, o nativismo é atribuído a Cipriano Barata<sup>(20)</sup>.

Entretanto, o tipo de referencial característico, à exceção do que mencionamos, diz respeito a conflitos. Observe-se ainda que tanto podem ser do período colonial como não.

Quando referido a conflitos, fica sugerido que “nativismo” confere um *sentido* a múltiplos conflitos, provavelmente unificando e efetuando uma seleção, onde se vêem nitidamente excluídos, por exemplo, revoltas de escravos ou choques com indígenas. Ainda o fato de ocorrer “nativismo”, quer no período colonial, quer no período pós-colonial, torna relativamente vaga esta diferença, unindo a ambos, como parte necessária de um mesmo processo.

A expressão é usada com freqüência, referindo-se a objetos variados e a períodos igualmente variados. Debruçando sobre uma amostra de textos onde aparece a expressão, verificamos ainda uma maior diversidade quanto ao *contexto* em que é utilizada, relacionando-a a:

- 
- (18) Cunha, P.O.C. — “Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX”, cit., p. 255: “No mundo intelectual do Brasil contemporâneo, todavia, não nos parece ter sido caloroso o acolhimento à sua obra. O exacerbado *nativismo* dos primeiros tempos da independência não via com bons olhos um estrangeiro — e protestante, além do mais — que se ocupava de nossa história. E o mesmo *nativismo*, por outro lado, achava-se não muito distante dos entusiasmos de Rocha Pita. Isto é o que nos revela, principalmente, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1839”. O autor destaca a acentuada “linha nativista” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entendido aqui como antilusitanismo, como exaltação das coisas da terra e a afirmação de uma história do Brasil perante terceiros, que possuiria sua própria especificidade. Sobre o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na “construção” da História do Brasil, veja-se também Figueira, P.A. — *Historiografia Brasileira — 1900-1930 (Análise Crítica)*, Assis, 1973 (tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis) (os grifos são nossos).
- (19) Lima, M.O. — *O império brasileiro (1821-1889)*, 3.<sup>a</sup> edição, São Paulo, Melhoramentos, 1959, p. 332: “... Os Andradas personificavam no poder o espírito patriótico e até *nativista*” (grifo nosso).
- (20) Quintas, A. — “A agitação republicana no Nordeste”, em Holanda, S.B. (org.) — *História Geral da Civilização Brasileira — O Brasil Monárquico*, 2.<sup>a</sup> edição, São Paulo, Difel, 1965, v. 3, p. 229. “Não ficou bem clara a sua participação na inconfidência baiana de 1798, de que parece ter sido o mentor intelectual. Curiosa figura de agitador, sempre coerente nos anseios republicanos, mesclados de certa tinta de igualitarismo social, o seu vulto se projeta, com inconfundível destaque nas Côrtes lusas, revelando-se o batalhador *nativista* intimorato que irá ser em toda a sua atribulada e inquieta existência”.

1. luta contra estrangeiros
2. movimento precursor da emancipação política
3. lusofobia
4. reivindicações populares
5. movimento precursor do nacionalismo ou sinônimo de nacionalismo
6. sentimento autonomista.

Mesmo a tentativa de homogeneizá-los sob o título de expressão de nativismo fica clara a disparidade de contextos aos quais o nativismo é associado.

Para quem colocou sob o título de nativismo cada um dos eventos associados aos contextos acima indicados, pode ter sido uma operação bastante simples e, à primeira vista, é uma questão de atributos que se lhes empresta. Entretanto, podemos asseverar que, no momento de se verificar a consistência desse tipo de operação, reputamos existir uma dificuldade razoável em homogeneizá-los, emprestar-lhes um sentido aparentemente unívoco sob a capa de "nativismo". O motivo é evidente. Cada um dos eventos apontados não remete necessariamente a um mesmo contexto, pelo contrário, e por este motivo cada contexto diferenciado adquire seu pleno sentido quando referido a um certo tipo de abordagem, ou certo tipo de preocupação, tornando mais uma vez definitivamente arriscada a empresa de se lhes buscar o denominador comum. Explicitemos os contextos a que podem estar referidos os eventos rotulados "nativismo".

No caso de luta contra estrangeiros, não está suposta aí situação colonial, tampouco um período historicamente determinado, bem como pode ser entendido como uma luta contra franceses, contra holandeses, mas não necessariamente contra o domínio português, pelo contrário, como luta para afirmá-lo contra o domínio de terceiros.

Colocar o "nativismo" no contexto de "movimentos precursores da emancipação política" supõe aqui uma consciência da relação de dominação e a quebra desta, que evidentemente não pode ser imputada a todos os movimentos, e, o que é importante, não está dada a forma pela qual se dá essa quebra e tampouco seu conteúdo.

No caso de se colocar o "nativismo" no contexto de lusofobia, percebe-se que o problema está relacionado especialmente ao elemento português e não implica negação da situação colonial, mas diz respeito à disputa de papéis, recompensas e prestígio social que percorre toda a história do Brasil, não só no período colonial como posteriormente<sup>(21)</sup>.

---

(21) Este antilusitanismo esteve presente, por exemplo, em 1710, na chamada Guerra dos Mascates e nos movimentos de 1817 e 1848, ocorridos em Pernambuco, de forma relativamente acentuada.

O exemplo dos chamados “Motins do Maneta”, rotulado também nativista, está relacionado a um contexto que poderíamos associar a uma história de reivindicações populares, não se referindo necessariamente aos conflitos entre senhores e escravos, mas a setores urbanos pobres<sup>(22)</sup> que sofreram todo tipo de crises decorrentes de monopólio ou açambarcamento de produtos de primeira necessidade, ou aumento do que hoje chamamos custo de vida, ou de impostos, que eram e são evidentemente mais sentidos pelos grupos de baixas rendas, e por esse critério verifica-se que tais ocorrências não se circunscrevem a um único período<sup>(23)</sup>.

No caso de movimento precursor do nacionalismo ou mesmo sinônimo de nacionalismo, supõe em primeiro lugar uma consciência de nação com um certo conteúdo, seja em *formação*, seja *constituída*. Por esta via fica presente um certo grau de intemporalidade e imanência — o “sentimento nacional” percorrendo toda a história. Provavelmente, o que serve para articular os dois momentos — formação da nação e nação constituída — e dar sentido ao nacionalismo percorrendo toda a “história da nação” seria, no caso da “formação”, a *dominação*, e no caso da “nação constituída”, a “dependência”<sup>(24)</sup>.

Para movimentos localizados envolvendo deposição de autoridades, fazem parte de um contexto histórico das instituições políticas, da porfia entre *self-government* e o governo central, enfim, dos problemas relacionados às questões da centralização e descentralização político-administrativa, do descontentamento e por vezes desencontro de interesses entre os poderes locais e autoridades que representavam o governo central, onde representações de câmaras municipais ao longo do período colonial e a chamada Revolta Farroupilha no período regencial e de parte do segundo reinado constituem exemplos.

No caso das inconfidências (1789, 1794, 1798), da chamada Conspiração Suassuna de 1801, dos movimentos de 1817 e 1848, citados como

- 
- (22) Setores urbanos porque é destes que temos registro. Isto não quer dizer que não tenham ocorrido no meio rural. Entretanto, essa história parece estar de todo perdida. Os proprietários rurais souberam muito bem “administrar” a história que lhes convinha.
- (23) Por esse critério verifica-se que podem ser incluídos eventos que não necessariamente dizem respeito a um só período. Constituem sintomas de que algo não corre bem. Na linha dos Motins do Maneta, podem ficar agregados, por exemplo, recentes conflitos urbanos e, ao que tudo indica, estes últimos não podem ser considerados expressão de “nativismo”.
- (24) O trabalho de Barbosa Lima Sobrinho — *Desde quando somos nacionalistas?*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963, possui, dentro dos parâmetros a que se propôs, uma certa coerência. O “nacionalismo” tal como o definiu percorre *toda* a história do Brasil, e não é sem razão que estão presentes no mesmo texto a luta contra os holandeses no Nordeste e a campanha pela Petrobrás. Naquela perspectiva, este procedimento fica legítimo.

expressão de nativismo, já foram objetos de atenção em outros trabalhos cujos autores não os comprometeram com o “nativismo”<sup>(25)</sup>.

O que se procurou mostrar é que os movimentos rotulados como expressão de nativismo possuem especificidades e que estas remetem a contextos diferenciados. O intento de homogeneizá-los sob um único denominador comum corre o sério risco de deixar em segundo plano a sua própria historicidade.

Apesar de todos estes desencontros, procuramos constituir um elenco dos movimentos considerados expressão de nativismo. Mas para constituir esse elenco tivemos que, preliminarmente, passar pelas discordâncias, pelas divergências entre os autores sobre o conjunto dos movimentos.

Desta maneira, o que é considerado expressão de nativismo por um autor é negado por outro; isto se dá para alguns movimentos significativos dentro da historiografia relativa ao período colonial.

Aqui vão alguns exemplos dessas discordâncias relativas à aclamação de Amador Bueno em São Paulo (1641), à saída dos holandeses do Nordeste (1645-1654), à revolta de Beckman (1684), à Guerra dos Emboadas (1708-1709) e à Revolta de Vila Rica (1720).

No caso da aclamação de Amador Bueno, Pedro Otávio Carneiro da Cunha afirma ser “uma afirmação reacionária ou pelo menos conservadora”<sup>(26)</sup>, enquanto Alfredo Ellis Júnior dedica um ensaio sobre o tema para defender justamente o contrário<sup>(27)</sup>.

No caso da luta ligada à saída dos holandeses do Nordeste, Capistrano de Abreu<sup>(28)</sup> e Barbosa Lima Sobrinho<sup>(29)</sup> defendem o caráter “nacional” da luta, ao passo que João Ribeiro afirma:

---

(25) Para os movimentos de 1789, 1794, 1798 e 1801 consulte-se, por exemplo, Mota, C.G. — *Atitudes de inovação no Brasil — 1789-1801*, Lisboa, Horizonte, s.d. Ainda sobre o movimento de 1798, Ruy, A. — *A primeira revolução social brasileira (1798)*, 3.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, Laemmert, 1970 e Tavares, L.H.D. — *História da sedição tentada na Bahia em 1798 (“A conspiração dos alfaíates”)*, São Paulo, Pioneira, Brasília, Inst. Nac. do Livro, 1975. Para 1817, Mota, C.G. — *Nordeste 1817 — Estruturas e Argumentos*, São Paulo, Perspectiva, EDUSP, 1972. Para 1848, Marson, I.A. — *Movimento praiense, imprensa, ideologia e poder político*, São Paulo, Moderna, 1980.

(26) Cunha, P.O.C. — “Política e Administração de 1640 a 1763”, em Holanda, S.B. (org.) — *História Geral da Civilização Brasileira — A época colonial*, 2.<sup>a</sup> edição, São Paulo, Difel, 1968, v. 2, p. 10.

(27) Ellis Jr., A. — *A lenda da lealdade de Amador Bueno e a evolução da psicologia planaltina*, São Paulo, Obelisco, 1967.

(28) Abreu, C. — *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, 5.<sup>a</sup> edição, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963, p. 119: “Em outros termos, Holanda e Olinda representavam o mercantilismo e o nacionalismo. Venceu o espírito nacional”.

(29) Lima Sobrinho, B. — *Desde quando somos nacionalistas?*, cit., p. 14.

“em geral os nossos historiadores falam do sentimento nacional a propósito desta guerra. A verdade é que índios e brasileiros tanto estavam devidamente do lado dos portugueses como dos holandeses”<sup>(30)</sup>.

Sobre a chamada Revolta de Beckman no Maranhão, Capistrano de Abreu considera-a “mandriice intelectual ou miopia política”<sup>(31)</sup>, enquanto Barbosa Lima Sobrinho defende o caráter nacionalista do movimento<sup>(32)</sup>.

Sobre a denominada Guerra dos Emboabas, Taunay<sup>(33)</sup>, Nícia Vilela Luz<sup>(34)</sup> e Alfredo Carlos Teixeira Leite<sup>(35)</sup> consideram-na expressão de nativismo. Para este último autor, entretanto, nativistas eram os emboabas e não os paulistas. Mas, para Varnhagen<sup>(36)</sup>, esse movimento não passa de uma “guerra civil”.

No caso da Revolta de Vila Rica, também há discordância. Para A. Carvalho é expressão de “patriotismo”<sup>(37)</sup>. Entretanto, Nícia Vilela Luz afirma:

“Tem-se atribuído um sentido nativista a esta revolta de 1720 e considerado Filipe dos Santos um precursor de Tiradentes. Os estudos de Feu de Carvalho não deixam, entretanto, mais nenhuma dúvida a propósito do caráter reinol do incidente. Todos os implicados eram portugueses, inclusive Filipe dos Santos...”<sup>(38)</sup>.

- 
- (30) Ribeiro, J. — *História do Brasil*, 17.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1960, p. 156.
- (31) Abreu, C. — *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, cit., p. 141.
- (32) Lima Sobrinho, B. — *Desde quando somos nacionalistas?*, cit., p. 23.
- (33) Taunay, A. d'E. — *História das Bandeiras Paulistas*, 3.<sup>a</sup> edição, São Paulo, Melhoramentos, 1975, v. 1, p. 226.
- (34) Luz, N.V. — “Inquietações revolucionárias no Sul: a conjuração mineira”, em Holanda, S.B. (org.) — *História Geral da Civilização Brasileira — A época colonial*, 2.<sup>a</sup> edição, São Paulo, Difel, 1968, v. 2, p. 394.
- (35) Leite, A.C.T. — *Gênese sócio-econômica do Brasil*, Porto Alegre, Sulina, 1963, p. 328: “Naquela guerra foram os emboabas — nome genérico dado a brasileiros e portugueses que acorreram às minas — os representantes da causa nacional”.
- (36) Varnhagen, F.A. — *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*, 6.<sup>a</sup> edição, São Paulo, Melhoramentos, 1959, v. 4, p. 100: “Das rivalidades se geraram ódios, e estes trataram de satisfazer-se; vindo os partidos às mãos, em uma guerra civil, no ano de 1708”.
- (37) Carvalho, A. — *Brasil Colônia e Brasil Império*, Rio de Janeiro, Typog. do Jornal do Commercio, 1927, v. 1, p. 418.
- (38) Luz, N.V. — “Inquietações revolucionárias no Sul: a conjuração mineira”, cit., p. 394.

À objeção de que Filipe dos Santos era português, responde A.C. Teixeira Leite:

“Há quem queira ver nenhum mérito no feito e no sacrifício de Filipe dos Santos. Somos de opinião que qualquer pessoa que, na época colonial, contrariasse, de qualquer forma, os torpes desígnios das parasitárias classes dirigentes de Portugal estava contribuindo para a formação do espírito de rebeldia que iria permitir a obtenção de nossa independência política. No caso desse reinol, com maior razão, o Brasil só lhe deve ser agradecido. . .”<sup>(39)</sup>.

Como se pode ver, quando se trata de afirmar ou negar caráter nativista a este ou àquele movimento, os exemplos que citamos mostram que neste momento ingressamos no terreno fértil e ao mesmo tempo duvidoso, do ponto de vista da historiografia, das opiniões.

Apesar dessa diversidade, construímos um elenco geral dos chamados movimentos nativistas (vide página seguinte, resumo do mesmo) a partir da intersecção dos elencos de cada autor consultado. Ressalte-se desde já que o elenco não é comum entre os autores e que se observa alternadamente o uso de expressões, tais como nativismo, nacionalismo e patriotismo.

Esse elenco chama a atenção pela quantidade de eventos e ao mesmo tempo pela não-homogeneidade no que diz respeito aos conteúdos possíveis a que se poderia associar o dito nativismo. Pode estar associado à luta contra estrangeiros não-portugueses, ao conflito entre reinóis e brasileiros, contra autoridades da administração colonial e às inconfidências. Ainda, se observarmos as datas dos movimentos assinalados, veremos que cobrem desde o período inicial da colonização até a primeira metade do século passado, envolvendo, portanto, não só o período colonial como o período posterior à emancipação política. Esse elenco foi elaborado a partir de coleções de História do Brasil, de manuais didáticos e de monografias sobre movimentos.

O tema parece estar em toda parte e não está em lugar algum, e à vista das evidências torna-se impossível descobrir um terreno comum que poderia dar condições para um estudo sistemático do dito nativismo. No mínimo não seria honesto pôr uma unidade explícita onde a característica é exatamente a diversidade e um certo não-comprometimento entre os autores quando usam a expressão.

---

(39) Leite, A.C.T. — *Gênese sócio-econômica do Brasil*, cit., p. 344.

ELENCO (RESUMO) (\*)

N.º	Data	Local	Evento	Qualificação	Fonte: autor, obra. Para maiores detalhes sobre as fontes, vide a dissertação.
01	1520-1615	—	Guerra do Pau-Brasil	"primeira guerra nacional nossa"	Calógeras, P. - <i>Formação Histórica do Brasil</i> , p. 16
02	1641	BA	Deposição do vice-rei D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão	"agitação patriótica"	Calmon, P. - <i>História do Brasil</i> , p. 997
03	1641	SP	Aclamação de Amador Bueno da Ribeira	"primeira demonstração de nacionalismo"	Taunay, A.E. - <i>História das Bandeiras Paulistas</i> , p. 73
04	1645-1654	PE	Insurreição Pernambucana	"espírito nacional"	Abreu, C. - <i>Capítulos de História Colonial</i> , p. 119
05	1661	RJ	Revolta contra Salvador Correia de Sá e Benevides	"arrogância nativista"	Calmon, P. - <i>História do Brasil</i> , p. 732
06	1666	PE	Revolta contra Jerônimo de Mendonça Furtado (Xumberga)	"sentimento nativista"	Calmon, P. - <i>História do Brasil</i> , p. 817
07	1671	BA	Representação da Câmara da Bahia contra a discriminação aos brasileiros natos	"espírito nativista"	Carvalho, A. - <i>Brasil Colônia e Brasil Império</i> , p. 256
08	1684	MA	Revolta de Beckman	"marco de nacionalismo"	Lima Sobr., B. - <i>Desde quando somos nacionalistas?</i> , p. 24
09	1708-1709	MG	Guerra dos Emboabas	"movimento nativista"	Taunay, A.E. - <i>História das Bandeiras Paulistas</i> , p. 226
10	1710	PE	Guerra dos Mascates	"sentimento nativista"	Reis, A.C. - "Inquietações no norte", pp. 388 e 393
11	1711	BA	Revolta do Juiz do Povo e Molim do Maneta	"aspiração nativista"	Carvalho, A. - <i>Brasil Colônia e Brasil Império</i> , p. 426
12	1720	MG	Revolta de Vila Rica	"reação nativista"	Azevedo, F. - <i>A cultura brasileira</i> , p. 176
13	1789	MG	Inconfidência Mineira	"sentimento nativista"	Maxwell, K.R. - <i>Conflicts and Conspiracies</i> , p. 135
14	1794	RJ	Conjuração Carioca	"inquietação nativista"	Calmon, P. - <i>História do Brasil</i> , p. 1339
15	1798	BA	Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates	"sentimento nativista"	Calmon, P. - <i>História do Brasil</i> , p. 1343
16	1801	PE	Conspiração Suassuna	"nativismo"	Quintas, A. - "A agitação republicana no nordeste", p. 210
17	1817	PE	Revolução Pernambucana	"revolução nativista"	Lima Sobr., B. - <i>Desde quando somos nacionalistas?</i> , p. 26
18	1823	BA	Guerra de Independência	"partido nativista"	Calmon, P. - <i>História do Brasil</i> , p. 1491
19	1831-1839	—	Rebeliões no Período Regencial (Cabanagem, PA; Sabinada, BA; Balaiada, MA)	"explosões de nativismo"	Lima Sobr., B. - <i>Desde quando somos nacionalistas?</i> , p. 27
20	1848	PE	Revolução Praieira	"movimento nativista"	Lima Sobr., B. - <i>Desde quando somos nacionalistas?</i> , p. 27

(\*) Este elenco não é exaustivo. Não estão incluídas aí pessoas e instituições rotuladas "nativistas", o que ampliaria ainda mais o repertório.

Mesmo assim, tratamos de procurar entre os autores consultados, algum que se preocupasse em definir a expressão. Os textos analisados ilustram exatamente o contrário, isto é, não se percebe qualquer preocupação com definição, e o que se faz é afirmar ou negar nativismo de tal ou qual movimento.

Um debruçar mais detido em alguns textos propiciou-nos vislumbrar algo que se poderia aproximar de uma definição de nativismo. Vejamos como são apresentadas estas propostas.

Em Sérgio Buarque de Holanda encontramos a afirmação de que:

“Não parece fácil determinar a época em que os habitantes da América lusitana, dispersos pela distância, pelas dificuldades de comunicação, pela mútua ignorância, pela diversidade, não raro, de interesses locais, começam a sentir-se por vínculos mais fortes do que todos os contrastes ou indiferenças que os separam, e a querer associar esse sentimento ao desejo de emancipação política. No Brasil, as duas aspirações — a da independência e a da unidade — não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas. As sublevações e as conjuras *nativistas* são invariavelmente manifestações desconexas de antipatia que, desde o século XVI, opõe muitas vezes o português da Europa e o do Novo Mundo. E mesmo onde se aguça a antipatia, chegando a tomar colorido sedicioso, com a influência dos princípios franceses ou do exemplo da América inglesa, nada prova que tenda a superar os simples âmbitos regionais” (grifo nosso)<sup>(40)</sup>.

Verifica-se neste texto um certo cuidado do autor no tratamento do tema. Principia por afirmar que é difícil datar quando passa a existir um “sentimento de unidade”, ressaltando os fatores que contribuam mais para a “desunião” do que para a “união”. Ainda, uma outra idéia importante é a de que “união” e “emancipação política” são coisas diferentes e não caminham juntas. Faz todos esses reparos para encaminhar uma proposta de que o “nativismo” teria como conteúdo principal a oposição entre o “português da Europa” e o “português do Novo Mundo” e, pela maneira que encaminha a questão, inclusive as chamadas inconfidências seriam expressão desse “nativismo”, as quais, como assinala, nunca escapam do âmbito regional. Deve ser registrado também que esse procedi-

(40) Holanda, S.B. — “A herança colonial — sua desagregação”, em Holanda, S.B. (org.) — *História Geral da Civilização Brasileira — O Brasil Monárquico*, 2.<sup>a</sup> edição, São Paulo, Difel, 1965, v. 3, p. 9.



mento difere do procedimento dado por outros autores, pois vêem a existência da nação desde o início da colonização.

Pedro Otávio Carneiro da Cunha adiciona mais alguns elementos:

“Havia, sem dúvida, um extenso sentimento ou ressentimento *nativista*, mais consistente entre a massa do povo do que entre os líderes, e que no entanto a estes deveria alcançar e em alguns ancorou fortemente. Tratava-se de uma oposição de interesses e de estilos de vida que, aliás, como tantas vezes ocorre, não excluía a interdependência — e que transbordava no clássico confronto entre aristocracia rural perdulária, endividada, e o comércio morigerado e acumulador de capitais. O brasileiro em geral era mais gastador do que o reinol e não lhe perdoava muitas vezes a mesquinhez ou a fortuna, eventualmente a arrogância. Contra umas e outras fermentava o amargor *nativista* que em seguida reagiria, eventualmente em nível mais elevado, patriótico, ao setor irredutível do nacionalismo lusitano. . .”<sup>(41)</sup>.

Nativismo aqui é referido à estrutura de classes da formação social da colônia e o conteúdo “antipatia” é explicitado como oposição de interesses e estilos de vida.

Referindo-se ao que pretendiam os conspiradores na Inconfidência Mineira, afirma Kenneth Maxwell:

“No pensamento dos inconfidentes, também se fazia presente um sentimento *nativista*, ou ‘indianista’, representado pela escolha de Alvarenga, de um símbolo índio para as armas da República. (. . .) O sentimento indianista era mais um reflexo da emoção literária e nacionalista do que qualquer pretensão ao tipo de grandiosa sociedade miscigenada, como a antevista por Pombal e pelo Duque Silva-Tarouca vinte e cinco anos antes. O espírito indianista e *nativista* das discussões conspiratórias, entretanto, servia para ampliar os objetivos dos participantes”<sup>(42)</sup>.

- 
- (41) Cunha, P.O.C. — “A fundação de um império liberal”, em Holanda, S.B. (org.) — *História Geral da Civilização Brasileira — O Brasil Monárquico*, cit., p. 383.
- (42) Maxwell, K.R. — *Conflicts and conspiracies: Brazil and Portugal — 1750-1808*, New York, Cambridge University Press, 1973, p. 135 (há tradução port. — *A devassa da devassa — A Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978).

Para este autor, a escolha do símbolo — “um índio quebrando as cadeias da opressão” — atestava a presença do sentimento nativista entre os inconfindentes. Entretanto, considera isto menos um projeto, algo articulado, e mais um “sentimento literário e nacionalista”.

Contrastando nativismo com nacionalismo e patriotismo, afirma Barbosa Lima Sobrinho:

“... a substância, pois, do nacionalismo é um antagonismo de interesses ou de ideais. No dia em que o primeiro imigrante, chegado à Terra de Santa Cruz, percebeu que o interesse de seu grupo não se conciliava com o da metrópole, estava fazendo nacionalismo, mesmo sem esse nome e sem essa intenção (...). Como realmente denominar esta atitude ou esses pronunciamentos? Patriotismo também não o seria ainda, quando se aceitava a vida colonial: *nativismo* pode ser a exaltação de cousas da terra e da gente do novo grupo, sem envolver qualquer antagonismo de interesses econômicos, sociais ou políticos. O *nativismo* não inclui, também, nenhuma idéia de preeminência dos interesses do grupo. O nacionalismo reúne os dois elementos: o antagonismo e a afirmação de preeminência do interesse do grupo”<sup>(43)</sup>.

Neste caso, o autor distingue nativismo de nacionalismo e patriotismo e tende a considerar o nativismo como simples “exaltação das cousas da terra” sem envolver antagonismo.

Esta última acepção parece ser utilizada na historiografia da literatura brasileira com mais freqüência. Ronald de Carvalho dedica um capítulo de seu trabalho sobre a história da literatura brasileira com o seguinte título: “Século XVII — O alvorecer do sentimento nativista — A escola bahiana — Gregório de Matos”. Nesse capítulo, o autor apresenta Manuel Botelho de Oliveira (1636-1711), cuja poesia “A ilha da maré” é considerada como uma das primeiras manifestações do nativismo nas letras brasileiras<sup>(44)</sup>.

Apesar de diferirem quanto à concepção de “literatura brasileira”, Antônio Cândido de Melo e Sousa e Alfredo Bosi partilham o mesmo uso que se faz de “nativismo”. Para o primeiro, o nativismo, além de ser caracterizado como exaltação das coisas da terra, seria um precursor do

(43) Lima Sobrinho, B. — *Desde quando somos nacionalistas?*, cit., p. 12.

(44) Carvalho, R. — *Pequena história da literatura brasileira*, 4.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, Brigueit, 1929, p. 103.

nacionalismo literário presente no romantismo<sup>(45)</sup>. Para Alfredo Bosi, o citado Manuel Botelho de Oliveira, na poesia já referida, possui um “crítico nativista” como uma “afirmação da nossa consciência literária em detrimento da metrópole”<sup>(46)</sup>.

Em sua obra — *Nationalism in Brazil — a historical survey* — Bradford Burns estabelece para a história do nacionalismo no Brasil três períodos: o nativismo colonial, o nacionalismo defensivo do século passado e o nacionalismo ofensivo do século atual. Para o autor, o nativismo “era uma expressão do amor e orgulho dos colonos por sua terra; contudo, sua exaltação do Brasil não implicava necessariamente antagonismo com Portugal. O nativismo desenvolveu-se lentamente nos séculos dezesseis e dezessete, mas acelerou significativamente no século dezoito. Eventualmente evoluiu para o nacionalismo”<sup>(47)</sup>.

Segundo esta abordagem, vê-se que o nativismo refere-se ao período colonial e pode ser considerado precursor do nacionalismo, bem como não implica oposição à metrópole, caracterizando-se mais como “exaltação das coisas da terra”, aproximando desta maneira este último conteúdo daquele dado por Barbosa Lima Sobrinho, ao qual nos referimos anteriormente.

O que podemos perceber é que tanto para a história da literatura brasileira, como para a história do Brasil, há uma frequência no uso da expressão, mas são poucos os que a usam tendo tido uma preocupação preliminar em defini-la. Observe-se que o que apresentamos, à guisa de tentativas de definição, constitui-se menos uma preocupação direta com a questão, e elas aparecem residualmente em contextos bem variados. Com raras exceções (Sérgio Buarque de Holanda, Pedro Otávio Carneiro da Cunha, Kenneth Maxwell, Barbosa Lima Sobrinho e Bradford Burns) no caso da historiografia da história do Brasil, diríamos que, apesar da recorrência do uso, prevalece o impressionismo e a ausência de rigor.

As inconsistências em relação à questão de possíveis definições de nativismo estão presentes também no que diz respeito à periodização. Há autores que afirmam a existência de nativismo a partir de um determinado momento, mas ainda aqui não há consenso.

No texto citado de Sérgio Buarque de Holanda lê-se que o nativismo é manifestado desde o início da colonização no século XVI<sup>(48)</sup>. João

---

(45) Cândido, A. — *Formação da literatura brasileira*, 5.<sup>a</sup> edição, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1975, v. 1, p. 211. Veja-se também: Coutinho, A. — *A tradição afortunada (O espírito de nacionalidade na crítica brasileira)*, Rio de Janeiro, José Olympio, São Paulo, EDUSP, 1968.

(46) Bosi, A. — *História concisa da literatura brasileira*, 2.<sup>a</sup> edição, São Paulo, Cultrix, 1976, p. 44.

(47) Burns, E.B. — *Nationalism in Brazil — a historical survey*, cit., p. 7.

(48) Holanda, S.B. — “A herança colonial — sua desagregação”, cit., p. 9.

Pandiá Calógeras recua ainda mais, colocando o “sentimento nacional” anterior à própria colonização:

“Assim se deu quanto aos invasores franceses, contrabandistas de pau-brasil. Foi esse o primeiro exemplo desse sentimento solidário, que se revelou semente fecunda de uma política de longo alcance. Em outros estudos chamamos a estas lutas a primeira guerra nacional nossa. (...) Inda assim, esta guerra do pau-brasil, que durou quase um século (1520-1615), uniu e manteve coesos elementos desconexos e heterogêneos”<sup>(49)</sup>.

Mas há autores que deslocam o início do sentimento nativista para o século XVII. Além disso, disputa-se sobre qual dos movimentos ocorridos naquele século teria sido a primeira manifestação nativista.

Para Taunay, a aclamação de Amador Bueno em 1641 é a “primeira demonstração de nacionalismo irrupta em terra americana”<sup>(50)</sup>.

Entretanto, para Barbosa Lima Sobrinho, a primeira manifestação do nativismo está na luta contra os holandeses em Pernambuco:

“A diversificação de interesses entre os colonos e a metrópole lusa deve ter começado com a própria colônia, quando o primeiro agricultor recebe financiamento dos onzenários imigrados ou quando teve que trocar seus produtos por mercadorias vindas de Portugal. Mas a primeira afirmação dessa diversificação, num movimento mais amplo, veio com o afastamento de Maurício de Nassau...”<sup>(51)</sup>.

Mas para Evaldo Cabral de Mello não é no século XVII, e sim no século seguinte, que temos o nativismo. A ocupação holandesa está nas origens do sentimento, entretanto é em 1710 que temos “a eclosão inequívoca do nativismo”, referindo-se o autor à chamada Guerra dos Mascates<sup>(52)</sup>.

Portanto, dependendo do autor, podemos ter o início do nativismo antes da colonização (“Guerra do Pau-Brasil”), com a colonização no

(49) Calógeras, J.P. — *Formação histórica do Brasil*, 7.<sup>a</sup> edição, São Paulo, Nacional, 1967, p. 16.

(50) Taunay, A. d'E. — *História das Bandeiras Paulistas*, cit., v. 1, p. 73.

(51) Lima Sobrinho, B. — *Desde quando somos nacionalistas?*, cit., p. 14.

(52) Mello, E.C. — *Olinda Restaurada — Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, São Paulo, EDUSP, 1975, p. 12.

século XVI, no século XVII, e aqui pode ter iniciado em São Paulo (Amador Bueno) ou em Pernambuco (luta contra holandeses), ou ainda o início ter-se-ia dado no século XVIII com a Guerra dos Mascates em Pernambuco.

No caso de Bradford Burns, como vimos, “nativismo” faz sentido como tendo sido a primeira fase numa história do nacionalismo brasileiro, restrito, portanto, ao período colonial. Os problemas quanto às definições parecem implicar também problemas com relação à periodização.

Ainda podemos fazer referência a pelo menos um trabalho, de autoria de Evaldo Cabral de Mello, onde “nativismo” é um dos eixos da exposição. O trabalho está relacionado à história da luta contra os holandeses no Nordeste e pretende explicitar o nexo entre nativismo e “as guerras do açúcar”:

“A historiografia do século XIX intuiu uma relação causal entre a dominação holandesa do Nordeste e a origem do ‘sentimento nativista’ ou da ‘consciência nacional’, mas se contentou com explicações mais ou menos subjetivas, sem estabelecer um nexo preciso entre um e outro fenômeno o qual permitisse dar algum rigor científico à análise do problema, libertando-a da suspeita de refletir apenas o equívoco lógico do ‘propter hoc’.

Vai além a insuficiência da historiografia oitocentista, supondo mecânico o nexo postulado entre experiência da dominação neerlandesa e a gênese do ‘sentimento nativista’”<sup>(53)</sup>.

Chama a atenção neste pequeno excerto a firmeza, a segurança, com a qual o autor assume como *objeto* o “sentimento nativista”. Para ele, a falha na historiografia não está na explicitação de critérios ou conteúdo deste possível objeto, este não é absolutamente colocado em discussão, ele *existe*. O problema para o autor é que até então não explicitaram “com rigor científico” a *relação* entre “nativismo” e “guerras do açúcar”.

A propósito, a relação que o autor apresenta entre “nativismo” e “guerras do açúcar” é a que, através de uma monografia bem documentada, procura mostrar que a maior parte dos custos dessa “guerra do açúcar” recaíram sobre os pernambucanos.

Continuamos a insistir — o que é, afinal, este “sentimento nativista”?

Nesta quase-história da trajetória do nativismo na historiografia, vimos presente ao longo de textos, em títulos de obras, de capítulos, marcando

(53) Mello, E.C. — Idem, p. 12.

periodizações e servindo de eixo de exposição de monografia sem que, afinal, fosse possível especificar o que se quer dizer com isso. Ele existe.

Tomemos uma outra vertente. É a amplitude e a forma como é reproduzido o tema que chama nossa atenção. Haveria alguma razão especial para isso, talvez, nas origens do tema?

O nativismo, enquanto presença na historiografia, tem uma data de nascimento? Refere-se apenas a uma época da produção historiográfica?

As pesquisas que vimos fazendo em torno da questão não nos autorizam a afirmar que ela tenha sido utilizada num contexto propriamente historiográfico antes de João Ribeiro (1860-1934), apesar de que Capistrano de Abreu (1835-1927), ao referir-se à luta contra os holandeses, afirme que “venceu o espírito nacional”<sup>(54)</sup>.

Na acepção de nativismo como exaltação das coisas da terra, sem usar a expressão, seguramente Rocha Pita (1660-1738) pode ser considerado um exemplo de “autor nativista”:

“Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madruza mais bela a aurora; o Sol em nenhum hemisfério tem os raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes; as estrelas são as mais benígnas, e se mostram sempre alegres; os horizontes, ou nasça o Sol, ou se sepulte, estão sempre claros; as águas, ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das povoações nos aquedutos, são as mais puras: é enfim o Brasil terreal paraíso descoberto, onde têm nascimento e curso os maiores rios; domina salutar clima; influem benígnos astros, e respiram auras suavíssimas, que o fazem fértil e povoado de inumerados habitantes, posto que por ficar debaixo da tórrida zona o desacreditassem e dessem por inabitável Aristóteles, Plínio e Cícero, e com gentios os padres da Igreja Santo Agostinho e Beda, que a terem experiência deste feliz orbe, seria famoso assunto das suas elevadas penas, aonde a minha receia voar, posto que o amor da pátria me dê as asas, e a sua grandeza me dilate a esfera”<sup>(55)</sup>.

Mas se vê que neste contexto a utilização da expressão “nativismo” aplica-se mais a uma certa fase na história da produção literária no Brasil, da qual o citado Rocha Pita constituiria um exemplo. Cabe ainda lembrar

(54) Abreu, C. — *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, cit., p. 119.

(55) Pita, S.R. — *História da América Portuguesa*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1976 (1.ª edição: Lisboa, 1730).

que a “pátria” a que se refere o citado autor no final do excerto não é o Brasil, é a América Portuguesa, onde o acento recai sobre “portuguesa”.

Se há alguma legitimidade no uso da expressão na história da literatura brasileira, teria essa mesma legitimidade no caso da história do Brasil?

Não é desprovido de significado o fato de que, enquanto em literatura poderíamos *datar* o uso dessa expressão para um período determinado, percebe-se que não podemos fazer o mesmo para o nativismo no contexto da história do Brasil.

Constatou-se a enorme e díspar quantidade de manifestações que são taxadas de expressão de nativismo, conforme tivemos oportunidade de observar. Ainda não se pode, em absoluto, afirmar que o uso do nativismo num contexto historiográfico estaria associado apenas a autores do final do século passado e do início deste: desde João Ribeiro, passando por Sérgio Buarque de Holanda até a geração presente de historiadores, como é o caso citado de Evaldo Cabral de Mello, o “nativismo” tem marcado sua presença na produção historiográfica.

Por sua vez, não é possível associar seu uso a um período ou a um conjunto de autores dentro de um período, marcando uma fase ou uma tendência na historiografia brasileira. É curioso como a questão estendeu-se, inclusive, aos *brazilianists* como, por exemplo, Bradford Burns e Kenneth Maxwell, citados, sem que a indefinição fosse superada.

Restaria ainda tentar mais uma vereda. Poder-se-ia afirmar que “nativismo” na historiografia está presente apenas em um só tipo de obra — obras de história com finalidades didáticas. Seria inclusive plausível um arrazoado para justificar a presença do tema aí. Poderia ser dito a respeito delas que teriam, além de uma finalidade informativa, uma finalidade cívica, onde se procuraria mostrar àqueles que estão estudando história a constituição e a afirmação da “nacionalidade”. Seria cômodo, mas infelizmente não podemos afirmar isto.

Como vimos, não é só na literatura didática que encontramos apresentada a questão. Ela aparece em monografias e em coleções de História do Brasil, de tal forma que não podemos circunscrever a ocorrência a um só tipo de obra, a autores de um só período, ou a uma determinada época da história do Brasil.

A questão possui os contornos de um tema. Não encontramos a expressão em documentos dos agentes dos movimentos que historiadores chamaram “nativistas”. São estes últimos que houveram por bem distribuir ou subtrair “sentimento nativista” de tal ou qual movimento. Mas só os contornos, e não podemos avançar mais. O “nativismo” está presente em vários momentos, entre vários autores, e em vários tipos de obras, e

por isso mesmo torna-se uma empresa de êxito duvidoso buscar historicidade do a-histórico, do que tomou dimensões atemporais. Em todo o caso, há de existir alguma razão para a recorrência do tema. Façamos um balanço.

É dado um conjunto de eventos singulares, historicamente determinados, e historiadores que discursam sobre tais eventos. É possível distinguir analiticamente dois procedimentos envolvidos nesse discursar sobre eventos historicamente determinados. Trata-se, em primeiro lugar, de atribuir, através do discurso, uma inteligibilidade a tais eventos — reconstituí-los em certo sentido — e ao mesmo tempo emprestar-lhes um conteúdo uma vez posto um determinado universo de significações.

Acreditamos que este último procedimento está comprometido com uma concepção de história. História como processo, história como devir. De acordo com esta concepção, o conjunto dos eventos consignados “movimentos nativistas” faria parte de um processo provido de um conteúdo específico: o processo de constituição ou o processo de afirmação da “nação brasileira”.

No processo de “constituição da nação” estariam aqueles movimentos anteriores à emancipação política: seriam os movimentos “precursores da nacionalidade”. No caso seriam as chamadas “rebeliões nativistas” ou mesmo as incondições.

Para o período posterior à emancipação política, o nativismo apareceria como “afirmação da nacionalidade”.

No primeiro caso, nativismo como momento de constituição da nação, significaria, no mínimo, ignorar uma importante advertência de Caio Prado Júnior. No último capítulo de sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, fazendo um balanço do significado dos três séculos de colonização, assinala:

“( . . . ) trata-se de uma situação que ainda não existe, que não tem conteúdo próprio, mas é apenas um estado latente que se revela por alguns fatos precursores, sintomáticos mas isolados. Tais fatos vêm de longe, desde o início da colonização, se quiserem. E em rigor, poderíamos ir apanhá-los em qualquer altura de nossa evolução histórica. Divertimento a que se têm dedicado muitos historiadores. ( . . . ) O historiador, ao ocupar-se dela, enfrenta o risco de tratar o assunto anacronicamente, isto é, conhecedor que é da fase posterior, em que ocorreu o desenlace, em que ela se define, projetar esta fase no passado. O que não raro tem sido feito. Como o processo que ora nos ocupa vai dar na separação da colônia de sua metrópole, na independência, são as manifestações neste sentido que se pro-



curam. Simplismo lamentável, que não somente restringe o objeto da pesquisa, como a desvia de seu verdadeiro sentido. O final da cena, ou antes, o primeiro grande acontecimento de conjunto que vamos presenciar será, não há dúvida, a independência política da colônia. Mas este final não existe ainda antes dela, nem está 'imane'nte' no passado" (56).

Nesse aspecto, Caio Prado Júnior foi um dos poucos autores que evitou atribuir à colônia ou ao passado colonial a questão da emancipação política. O texto acima exatamente procura mostrar que não se pode imputar ao passado colonial os seus desdobramentos políticos sob pena de incorrer naquilo que chamou anacronismo.

Ao que parece, os autores que apresentam tais movimentos como expressão de nativismo — "precursores da independência" — partem da independência tomada como fato inexorável, e a partir daí reconstituem a "história" do período colonial. A partir deste momento a história passa a ser a ciência que prevê o passado.

Buscando "evidências" de que a emancipação política teria de necessariamente resultar no que resultou, constróem um "tecido" onde estão presentes "heróis", "precursores", conflitos, e dá-se muitas vezes uma dimensão fora de propósito a determinados eventos com a finalidade de justificar proposições de caráter ideológico.

Deste problema não padecê apenas a historiografia brasileira e poderia até passar por uma certa "legitimação" no caso do Brasil à medida que, em termos políticos e de dimensão territorial, o Brasil português não diferiu substancialmente do Brasil independente, pelo menos entre fins do século dezoito e inícios do século seguinte. Mas o que dizer no caso da América espanhola? É sabido que não houve uma correspondência entre as divisões administrativas no período da colonização espanhola e os países que daí emergiram num momento posterior, com exceções, como é o caso, por exemplo, do Chile. E hoje, formados os vários países, encontramos na historiografia da América espanhola uma literatura sobre "movimentos precursores da emancipação" (57).

O que é conveniente destacar aqui é que cada um dos movimentos ditos precursores pode ser reivindicado por diferentes historiografias nacionais: venezuelana, colombiana, equatoriana, peruana, boliviana. E é sabido que Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia de hoje não estavam absolutamente inscritas no passado colonial.

(56) Prado Jr., C. — *Formação do Brasil Contemporâneo*, 7.<sup>a</sup> edição, São Paulo, Brasiliense, 1963, p. 357 e seguintes.

(57) Cf. Perez, J. — *Los movimientos precursores de la emancipación en Hispano-america*, Madrid, Alhambra, 1977, onde se arrola extensa bibliografia.

Não obstante, esta perspectiva também possui um peso razoável na historiografia destes países.

Procura-se através dos “movimentos nativistas” ou dos “movimentos precursores da independência” fundar os “alicerces” da nacionalidade emergente. E é esta perspectiva que dá fundamento a asserções como as que se seguem:

“Dentro de un esquema que sólo ha dado importancia relativa a ciertos movimientos insurreccionales que tuvieron lugar a fines del siglo XVIII, nuestra historiografía nos ha venido presentando la época colonial — y dentro de ella, incluso, la etapa inicial de la conquista — como un tiempo más o menos tranquilo, enmarcado en un típico determinismo, donde la vida transcurría de un modo apacible y sin sorpresas. Esta visión idílica de nuestros primeros tiempos no concuerda exactamente con la realidad. (...) ha sido siempre un territorio poblado por gentes con un crónico apego a la libertad, partiendo desde sus primitivos habitantes, quienes la concibieron de la manera más amplia en la vastedad de nuestra imponente naturaleza. La dominación española no pudo quebrantar en nuestros aborígenes la voluntad de sentirse libres y desligados de cualquier vínculo moral con los conquistadores. La noción de libertad emerge así como el más antiguo de nuestros bienes espirituales. Esta libertad — entendida en su sentido más completo, dentro del concepto de que sin ella la vida está privada de toda dignidad — ha sido una constante en nuestro devenir histórico, a tal punto que podríamos afirmar que constituye el primer elemento formativo de la personalidad del (...)”<sup>(58)</sup>.

É fácil observar que o conteúdo deste texto poderia ser reivindicado para qualquer país entre o Rio Grande e a Patagônia. Por ele ficamos sabendo que a liberdade é “o primeiro elemento formativo da personalidade” do povo em questão. Com este ponto de partida, o que se segue não é difícil prever: a apresentação circunstanciada das *luchas e insurrecciones* que atestam a formação da personalidade deste povo.

Afirma-se a existência de determinados atributos que sempre estiveram presentes, desde tempos imemoriais, mesmo sob o jugo da dominação política. As rebeliões e lutas, por sua vez, são episódios que atestam e ilustram essas “qualidades de espírito”.

(58) Magallanes, M.V. — *Luchas e insurrecciones en la Venezuela colonial*, Caracas, Tiempo Nuevo, 1972, p. 7.

A recuperação do momento, do fazendo da história, onde existem personagens, interesses, conflitos, propostas, vencedores e vencidos, é subsumida em nome de tais atributos imanentes.

Este tipo de procedimento coloca num plano não-significativo determinados momentos e lutas políticas que teriam sido decisivos para encaminhar o processo num determinado sentido, e não em um outro qualquer.

O que dizer então de se afirmar “nativismo” ou “sentimento de nacionalidade” para eventos posteriores à emancipação política? Neste caso, como já aludimos, supõe-se a afirmação da nação como um devir onde a independência seria um mero episódio, um momento, e o decisivo seria o processo de formação da nacionalidade como projeto, como uma tarefa a realizar, cabendo ao historiador indicar os momentos em que se afirma tal processo <sup>(59)</sup>.

No caso de se colocar o nativismo como momento de “constituição da nação”, o mínimo que se pode afirmar é não ser verdade que, necessariamente, por exemplo, o Brasil teria de se apresentar com a integridade territorial e a forma monárquica de governo como ocorreu. Tomar esse conjunto como dado necessário é simplesmente ignorar a existência de lutas políticas no período em que alguns dos contendores propuseram explicitamente a secessão do território, ou formas republicanas de governo, ou o estabelecimento de uma monarquia dual. Ainda é conveniente lembrar que medidas de ordem administrativa da metrópole consagraram por várias vezes uma divisão do território da América portuguesa. A mais duradoura foi a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1621-1774). Tivesse essa separação se perpetuado, haveria uma grande possibilidade não de uma, mas de duas “nações”, uma chamada Brasil e outra chamada Maranhão. — Pombal, que extinguiu o Estado do Maranhão, deve ser então considerado “precursor da nacionalidade brasileira”? — Ainda, neste último caso, a chamada Revolta de Beckman não seria “movimento nativista” do Brasil, mas desse outro país, o Maranhão.

Observe-se que estas conjecturas não são de todo desprovidas de sentido. Se tomarmos o período decisivo de 1808 a 1822, verificaremos que nesse momento chegou a existir mais de uma proposta, como nos referimos no início desta exposição.

Dado o que colocamos até aqui, podemos afirmar que existem duas posturas-limite na abordagem do tema: ou assumimos este discurso, ou discutimos as condições de possibilidade deste discurso, bem como seu alcance.

(59) A idéia de um projeto em curso de realização, não-completado, pode ser vista, por exemplo, nas seguintes obras: Luz, N.V. — *A luta pela industrialização do Brasil*, São Paulo, Difel, 1961; Andrade, M.C. — *Movimentos nativistas em Pernambuco*, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1971; Lima Sobrinho, B.L. — *Desde quando somos nacionalistas?*, cit.

Na primeira hipótese incorreríamos num viés: implícita ou explicitamente disporíamos do “verdadeiro” ou “mais adequado” ou “mais abrangente” conceito de nativismo. De posse desse conceito poderíamos distinguir “claramente” o que pode e o que não pode ser considerado “movimento nativista”.

Além do mais, teríamos de assumir uma ontologia que possui todas as características de ser muito enredada. Por exemplo: teríamos de distinguir o “verdadeiro nativismo” do “falso nativismo”, ou o “nativismo nocivo” (Ação Integralista Brasileira?), do “nativismo sadio” (Aliança Nacional Libertadora?). Ou, se tomássemos o período colonial: afirma-se que Beckman, no momento de sua execução teria exclamado: “Morro pelo Maranhão” — representaria isto “brasilidade” ou “maranhanidade”? O que dizer então das inconfidências? — seriam afirmações “nativistas” ou “regionalistas”? ou talvez “separatistas”? Bem como seríamos forçados a participar das infundáveis discussões entre autores para saber se tal ou qual movimento pode ou não ser considerado nativista. Se os pernambucanos de 1817, de 1824, seriam nativistas ou separatistas? “Pernambucanidade” ou “brasilidade”? Bolívar representaria a “latinoamericanidade”?

A segunda postura parece-nos ser a mais produtiva, pois trata de se esforçar por perceber e pelo menos indicar em qual universo habita a ontologia do denominado nativismo e variantes. Nesse universo haveria uma essência ou conjunto de essências que dariam forma e conteúdo a determinados eventos ou representações do mundo que individualizariam, que tornariam singular cada uma das manifestações apontadas. Empreender a busca de tais essências possui todos os contornos de um trabalho de resultados muito duvidosos, o que em certa medida procuramos explicitar ao longo desta exposição, onde estão presentes pressupostos que não se explicitam, indefinições, impressionismo, que em absoluto não contribuem para uma maior inteligibilidade do real; pelo contrário, obscurecem-no.

Apesar disso, como entender a presença do tema na historiografia? Um exame do elenco que apresentamos resumido em página anterior é característico por certas ausências, algumas das quais suficientemente marcadas por alguns autores. Referindo-se a Bernardo Vieira de Melo, ao conflito que enfrentou com mamelucos de São Paulo a propósito de aldeias de índios na capitania do Rio Grande, afirma Pedro Calmon:

“(O conflito) revelou também a personalidade do ‘potentado’ pernambucano, cujo nome de guerra, adquirido na destruição dos Palmares, havia de ligar-se à primeira explosão nativista do século seguinte: o conflito ‘dos mascates’ (1710)”<sup>(60)</sup>.

(60) Calmon, P. — *História do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, v. 3, p. 824.

O texto não deixa dúvidas: “mascates” é nativismo, Palmares não o é. A construção da história do Brasil através do nativismo nitidamente exclui a rebeldia negra, exclui a resistência ao extermínio dos indígenas, é uma história seletiva <sup>(61)</sup>.

Fica sugerido, portanto, que a nebulosidade como o tema é tratado, a forma como homogênea, seleciona e exclui determinados eventos, cumpre um papel ideológico. A história parece propriedade de determinados setores sócio-econômicos com força suficiente para tornar a *sua* história, história do Brasil.

## CONCLUSÃO

Ao apresentarmos a forma freqüente pela qual se constrói uma história do Brasil, ou seja, tendo como eixos de articulação colônia-nativismo-nação, essa maneira continha algumas implicações graves que procuramos explicitar, bem como deixar claro que se fazia necessário *dissolver* exatamente esses nexos propostos. Tratamos também de verificar a consistência do chamado “nativismo” e acreditamos ter demonstrado que essa perspectiva não contribui para uma maior inteligibilidade do real, diríamos até que se trata de uma maneira bastante viesada de se empreender um conhecimento do real ao qual se pretende referir na medida

---

(61) Aqui se continua a acompanhar os ensinamentos de Martius e as posições de Pandiá Calógeras. Um negro e um índio *genéricos* podem contribuir para a história do Brasil, não entretanto os escravos dos quilombos ou os índios que tentaram lutar contra seu extermínio. Estes não são “nativistas”. Martius na sua dissertação “Como se deve escrever a história do Brasil” afirma: “E até me inclino a supôr que as relações particulares, pelas quaes o brasileiro permite ao negro influir no desenvolvimento da nacionalidade brasileira, designa por si o destino do paiz, em preferencia de outros estados do novo mundo, onde *aquellas duas raças inferiores* são excluidas do movimento geral, ou como indignas por causa de seu nascimento, ou porque seu número, em comparação com o dos brancos, é pouco consideravel e sem importancia”. (Martius, C.F. — “Como se deve escrever a história do Brasil”, em *Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, 2.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, Typ. João Ignacio da Silva, 1865 (n. 24, jan. 1845), pp. 391-392. O grifo é nosso. Foi mantida a grafia original. Nesta mesma linha de argumentação, afirma Calógeras: “Devidamente pesados o bem e o mal, talvez seja equitativo reconhecer que o esforço principal em construir o Brasil, do ponto de vista material, foi deles, em seu aspecto econômico. Moralmente, fraquezas lhes podem ser atribuidas, mas seu influxo está sendo combatido e remediado pela educação e pela ascensão dos espíritos. *A mancha negra vai sendo delida aos poucos e tende a extinguir-se em prazo breve*, com o afluxo da imigração branca, na qual a herança de Cam se está dissolvendo”. (grifos nossos) (Calógeras, P. — *Formação Histórica do Brasil*, cit., p. 33).

em que “nativismo” dilui as diferenças entre colônia e não-colônia, seleciona, homogeneiza e exclui, criando um repertório próprio de eventos.

Propusemo-nos discutir um problema. Esperamos tê-lo conseguido. Desde a proposta inicial — um trabalho sobre nativismo — até sua realização efetiva, ocorreu um movimento no sentido em que viemos a ter consciência de que o tema era, por assim dizer, chave para um determinado esquema de explicação comprometido em construir uma certa “história do Brasil”, e que, para nós, ou bem aceitávamos esse discurso ou o negávamos. Na primeira hipótese teria como conclusão possível uma “definição correta” de nativismo, uma “classificação correta” dos movimentos nativistas e uma “interpretação correta” da historiografia sobre o assunto, e no final teríamos prestado nossa modesta contribuição no sentido de *reforçar* o tema nativismo <sup>(62)</sup>.

Entretanto, não foi este o caso, e consideramos, pelo contrário, fundamental, exatamente mostrar a necessidade de *dissolver*, de *destruir* o nexo proposto, não de uma forma exterior, colocando um outro esquema de explicação no lugar, mas “por dentro”, em outras palavras, assumir como consistente o nativismo e tentar ver sua resistência, e o que se mostrou, pelo menos, foi exatamente sua inconsistência.

---

(62) A idéia de *não reforçar* um tema já foi de certa maneira tratada para outro objeto — a chamada Revolução de 1930 — em Vesentini, C.A. e Decca, E.S. — “A revolução do vencedor”, em *Revista Ciência e Cultura*, v. 29, São Paulo, SBPC, jan. 1977, pp. 25-32. “Assim, a revolução de 1930 vai crescendo através do tempo, desde suas proposições iniciais. Vai sofrendo contínuas sofisticacões. Finalizando, e observando que essa idéia continua impedindo a completa percepção do movimento político e que a mesma cresce ainda com novos desdobramentos, pretendemos, com o criticar dessa *memória*, contribuir em parte para a recuperação completa do processo político esquecido. Num certo sentido, em nome da história, *destruir* essa memória é a única maneira de não perder a própria história” (p. 32) (grifo nosso).